

Programa de Procedimento

Execução de emissários e estações elevatórias – Fial/Caparrosinha e ampliação da ETAR de Caparrosinha

ÍNDICE

- 1 – Identificação do concurso.
- 2 – Entidade adjudicante.
- 3 – Órgão que tomou a decisão de contratar.
- 4 – Órgão competente para prestar esclarecimentos.
- 5 – Erros e omissões
- 6 – Regras de participação
- 7 - Documentos de habilitação
- 8 – Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
- 9 – Documentos que constituem a proposta
- 10 – Apresentação de propostas variantes
- 11 - Prazo da obrigação de manutenção das propostas
- 12 – Critério de adjudicação.
- 13 – Preço base
- 14 – Prazo de execução do contrato
- 15 – Proposta base.
- 16 – Modalidade jurídica de associação de empresas.
- 17 – Modo de apresentação e entrega das propostas.
- 18 – Audiência prévia
- 19 – Prestação de caução
- 20 – Despesas e encargos
- 21 - Contrato
- 22 – Consulta e fornecimento de exemplares do processo
- 22 – Legislação aplicável.

Anexos

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Identificação do Concurso

1 - O presente Concurso Público tem por objeto a **Execução de emissários e estações elevatórias – Fial/Caparrosinha e ampliação da ETAR de Caparrosinha**, em conformidade com o descrito no Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

ARTIGO 2.º

Entidade adjudicante

1 - A entidade adjudicante é o Município de Tondela, Largo da República, 16 – 3461 - 001 Tondela telefone 232 811110, fax 232 811120 , com o endereço eletrónico geral@cm-tondela.pt plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante no site www.acingov.pt

2 – O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos do presente Concurso Público e o respetivo projeto encontram-se disponíveis, para consulta nos **Serviços de Contratação Pública** da Câmara Municipal de Tondela, com o endereço eletrónico www.obras.publicas@cm-tondela.pt, onde podem ser examinados das 9h00 às 13,00 das 14,00 às 17h00 horas, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

3 - Será da responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com os elementos do processo.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1 - A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Tondela, datada de 12 de julho de 2016.

ARTIGO 4.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri do procedimento. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitadas pelos interessados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo ser colocados na plataforma eletrónica em local próprio, disponível para o efeito. Os esclarecimentos e as retificações serão prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

Os esclarecimentos e as retificações acima referidas fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 5.º

Erros e omissões

1 – Para os efeitos do disposto no presente Código, são erros e omissões do caderno de encargos:

- a) Os que digam respeito a:
 - i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessários à integral execução do objeto contrato a celebrar; ou
 - iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.

2 – Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar ao júri uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 – A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado suspende o prazo fixado apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4 – A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

5 – Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas ou, no caso previsto no n.º 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6 – O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7 – As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.º 4 a 6.º, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

ARTIGO 6.º

Regras de participação

1 – Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:

- a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada no portal www.acingov.pt
- b) Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças processuais.

ARTIGO 7.º

Documentos de habilitação

- 1 – Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve apresentar.
- 2 – Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do CCP.
- 3 – Alvará, necessário para a execução da obra, contendo as seguintes categorias:

1ª Categoria – Edifícios e património construído

1ª subcategorias e da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados.

2ª Categoria – Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas

6ª subcategorias e da classe correspondente ao valor global da proposta.

4ª Categoria – Instalações elétricas e mecânicas

1ª, 13ª, 19ª subcategorias e da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados.

5ª Categoria – Outros trabalhos:

1ª, 2ª subcategorias e da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados.

ARTIGO 8.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

- 1 – Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2 – Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Tondela, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3 – Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação de adjudicação.

ARTIGO 9.º

Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- b) Certidão Permanente
- c) Documento nos termos do modelo de proposta constante no anexo A
- d) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, e preço total, que não devem incluir o IVA;
- e) Nota justificativa do preço proposto, com eventuais esclarecimentos para preço anormalmente baixo;
- f) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º, do D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
 - f1) - plano de mão de obra;
 - f2) - plano de equipamento;
 - f3) – Plano de pagamentos;
- g) Memória descritiva e justificativa de execução de obra;
- h) Declaração com os elementos que se refere o n.º 4 do art.º 60 do CCP;
- i) Documentação relativa ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho;

- j) Documentação relativa ao Sistema de Prevenção e Gestão de Resíduos

ARTIGO 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 12.º

Critério de adjudicação

12.1 O critério de adjudicação será feita nos termos da alínea a) nº 1 do artigo 74º do CCP. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinando-se esta pela apreciação dos fatores submetidos à concorrência e que a seguir são indicados:

K1 -Preço

K2 -Valia técnica

A proposta economicamente mais vantajosa resultará da aplicação da ponderação dos fatores conforme expressão matemática que a seguir se explicita:

- $K = 0,40 \times K1 + 0,60 \times K2$

Resulta desta expressão matemática um valor entre 0 e 100, sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais perto do valor máximo (100).

K1 - Densificação do Fator Preço e respetiva pontuação parcial

A pontuação deste fator (K1) resulta da subtração entre 1 e a divisão do valor da proposta do concorrente (Vpc) pelo valor base (Vpb), a multiplicar por 100

- $K1 = [1 - (Vpc/Vpb)] \times 100$, para $Vpc \leq Vpb$

K2 - Densificação dos atributos suscetíveis de serem propostos e respetivas pontuações parciais

O planeamento é uma ferramenta que possibilita perceber a realidade, avaliar as melhores estratégias e construir um referencial futuro, estruturando as ações e os meios necessários conducentes à obtenção de um objetivo.

A valia técnica da proposta será o resultado de 2 subfactores:

K2.1-Programa de trabalhos (60%);

k2.2 -Memória descritiva e justificativa (40%)

Os subfatores e sub-subfactores aqui referidos serão ponderados tendo em conta a decomposição nos descritores abaixo definidos, sendo atribuída a cada proposta uma pontuação em função da apreciação dos aspetos integrantes de cada um deles, designada por AK() e conforme expressão matemática que a seguir se indica:

- $K2 = 0,60 \times K2.1 + 0,40 \times K2.2$

O subfactor Programa de trabalhos divide-se em 4 sub-subfactores:

- K2.1.1- Plano de trabalhos (30%)
- K2.1.2- Plano de mão-de-obra (30%)
- K2.1.3- Plano de equipamento (30%)
- K2.1.4- Plano de pagamentos (10%)

K2.1- Programa de trabalhos

Para a avaliação do sub fator "Programa de trabalhos", serão analisadas as metodologias propostas para a execução da obra, quer na sua vertente de Plano de Trabalhos, onde se terá em conta os aspetos relevantes para o correto planeamento da empreitada, quer na sua vertente de Plano de mão-de-obra e de Plano de equipamentos.

A pontuação variará entre um valor mínimo zero e um máximo de 100 com uma ponderação de 60% na avaliação da valia técnica distribuídos em função da apreciação das metodologias propostas para a execução da obras explicitas nos sub fatores K2.1.1 - Plano de trabalhos (30%); K2.1.2 - Plano de mão-de-obra (30%) e K2.1.3 - Plano de equipamento (30%) e K2.1.4- Plano de pagamentos (10%) cuja avaliação assenta na ponderação dos descritores abaixo designados (0,1, 2,3 ou 4).

Subfator	Descritores	Pontuação
K2.1.1- Plano de Trabalhos	Não considera a maioria das atividades (distribuídas semanalmente) e /ou não indica a duração das mesmas	0
	considera a maioria das atividades (distribuídas semanalmente) indicando a duração das mesmas.	1
	Considera a maioria das atividades (distribuídas semanalmente), indica a duração das mesmas, as respectivas quantidades e as relações de precedência.	2
	Considera a maioria das atividades (distribuídas semanalmente) incluindo as mais relevantes, indica a duração das mesmas, as respectivas quantidades e as relações de precedência, identificando claramente o caminho crítico, tendo em atenção as diferentes frentes os equipamentos ou mão-de-obra.	3
	Considera a maioria das atividade (distribuídas semanalmente) incluindo as mais relevantes, indica a duração das mesmas, as respectivas quantidades e as relações de precedência, identificando claramente o caminho crítico, tendo em atenção as diferentes frentes e simultaneidade dos equipamentos e mão de-obra.	4

Subfator	Descritores	Pontuação
	Não identifica a carga semanal de Homens	0
K2.1.2 Plano de Mão de Obra	Identifica a carga semanal de Homens	1
	Identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão.	2
	Identifica carga semanal de homens por tipo de profissão. Identifica ainda as equipas afetas a cada atividade da empreitada.	3
	Identifica carga semanal de homens por tipo de profissão. Identifica ainda as equipas afetas a cada atividade da empreitada e o seu rendimento.	4

Serão penalizadas situações evidentes de mau dimensionamento da carga de homens e/ou das equipas.

Subfat or	Descritores	Pontu ação
K2.1. 3 Plano de Equip amen to	Não identifica a carga de equipamento semanal por tipo de equipamento	0
	Identifica a carga de equipamento semanal por tipo de equipamento	1
	Identifica a carga de equipamento semanal por tipo de equipamento. Identifica ainda o equipamento afeto a cada atividade do plano de trabalhos.	2
	Identifica a carga de equipamento semanal por tipo de equipamento. Identifica ainda o equipamento afeto a cada atividade, considerando as diferentes frentes de trabalho	3
	Identifica a carga de equipamento semanal por tipo de equipamento. Identifica ainda o equipamento afeto a cada atividade da empreitada, considerando as diferentes frentes de trabalho e explicitando os respectivos rendimentos.	4

Serão penalizadas situações evidentes de mau dimensionamento do equipamento considerado.

Subfat or	Descritores	Pontu ação
K2.1. 4 Plano de Paga ment os	Não apresenta faturação mensal e acumulada.	0
	Apresenta faturação mensal e acumulada. Tem fraca correspondência com o desenvolvimento das atividades expressas no plano de trabalhos.	1
	Apresenta faturação mensal e acumulada. Tem correspondência com o plano de trabalhos embora com muitos desajustamentos	2
	Apresenta faturação mensal e acumulada. Tem correspondência com o plano de trabalhos embora com pequenos desajustamentos	3
	Apresenta faturação mensal e acumulada, acompanhada do escalonamento da faturação por atividade considerada no plano de trabalhos. Tem correspondência efetiva com o plano de trabalhos	4

$$K2.1 = [0,30 \times (K2.1.1/4) + 0,30 \times (K2.1.2/4) + 0,30 \times (K2.1.3/4) + 0,10 \times (K2.1.4/4)] \times 100$$

K2.2 - Memória descritiva e justificativa

A Memória Justificativa e Descritiva é uma peça importante na apreciação da proposta, onde são desenvolvidos os aspetos de execução não expostos na parte gráfica (K2.1) de acordo com os descritores abaixo indicados.

O concorrente deverá especificar os aspetos técnicos do programa de trabalhos, expressando inequivocamente os que considera essenciais à validade da sua proposta.

Para a pontuação deste sub fator, será atribuído um valor mínimo de zero e um máximo de 100 com uma ponderação de 40% na avaliação da valia técnica da sua proposta. A pontuação do sub fator será feita com base nos descritores abaixo designados (0,1, 2, 3 ou 4).

Subfator	Descritores	Pontuação
K2.2- Memória Descritiva e Justificativa (a1)	Não apresenta escalonamento da maioria das atividades, ou apresenta escalonamento da maioria das atividades mas não justifica as relações de precedência	0
	apresenta escalonamento da maioria das atividades, justificando as relações de precedência apenas com generalidades	1
	Apresenta escalonamento e calendarização da maioria das atividades, Incluindo as mais relevantes, justificando as relações de precedência. Identifica claramente o caminho critico e desenvolve justificação do modo de execução da obra para o cumprimento do objetivo prazo.	2
	Apresenta escalonamento e calendarização da maioria das atividades, incluindo as mais relevantes, justificando as relações de precedência. Identifica claramente o caminho critico e desenvolve justificação do modo de execução da obra para o cumprimento do objetivo prazo, justificando o dimensionamento das equipas e os rendimentos considerados.	3
	Apresenta escalonamento e calendarização da maioria das atividades, incluindo as mais relevantes, justificando as relações de precedência. Identifica claramente o caminho crítico e desenvolve justificação do modo de execução da obra para o cumprimento do objetivo prazo, justificando o dimensionamento das equipas e os rendimentos considerados. Descreve, as medidas que se propõe implementar para minimizar o impacto da obra no normal funcionamento das infraestruturas (Etar de Caparrosa/ Etar de Caparrosinha/ Fossa do Fial) a intervencionar. Identifica ainda os riscos de desvio ao objetivo prazo, assim como as medidas que considera implementar para fazer face aos mesmos.	4

Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentam erros manifestos.

$$K2.2 = (a1/4) \times 100$$

Resumo dos cálculos:

Para a avaliação global das propostas e tendo em consideração os critérios acima referidos, seguir-se-á o seguinte algoritmo de cálculo:

- **$K = 0,40 \times K1 + 0,60 \times K2$**

Em que:

- **$K1 = [1 - (V_{pc}/V_{pb})] \times 100$, para $V_{pc} \leq V_{pb}$**

V_{pb} - Valor do preço base

V_{pc} - Valor da proposta do concorrente

Em que:

- **$K2 = 0,60 \times K2.1 + 0,40 \times K2.2$**

e

$K2.1 = [0,30 \times (K2.1.1/4) + 0,30 \times (K2.1.2/4) + 0,30 \times (K2.1.3/4) + 0,10 \times (K2.1.4/4)] \times 100$

$K2.2 = (a1/4) \times 100$

ARTIGO 13.º

Preço base para efeitos de concurso

1 – O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso é de **465 000,00€** (quatrocentos e sessenta e cinco mil euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

2 – Considera-se que o preço total resultante da proposta é anormalmente baixo quando seja 15% ou mais inferior ao preço base fixado no Caderno de Encargos.

ARTIGO 14.º

Prazo de execução do contrato

1 – O prazo contratual é de **365 dias** contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do CCP.

ARTIGO 15.º

Proposta base

Tem o concorrente de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento, nos exatos termos em que foi posto a concurso (proposta base)

Serão tidas como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das propostas apresentadas ou de outros documentos que as acompanhem.

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 16.º

Modalidade jurídica de associação de empresa

1 – Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 – Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3 – Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

- 4 – No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, sempre em regime de responsabilidade solidária passiva

ARTIGO 17.º

Modo de apresentação e entrega das propostas

- 1 – Os documentos que constituem a PROPOSTA são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2 – A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica, até às 23,59 horas do 20º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio em Diário da República.
- 3 – A proposta e os documentos são obrigatoriamente **redigidos em língua portuguesa**.

ARTIGO 18.º

Audiência Prévia

- 1 – A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 2 – Os concorrentes têm 5 dias após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.

ARTIGO 19.º

Caução

1 - Será exigido pelo Município de Tondela a prestação de uma caução, 5% do valor da adjudicação, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

2 - A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

ARTIGO 20.º

Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito bem como a prestação de caução, são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 21.º

Contrato

Será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 94.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.

ARTIGO 22.º

Consulta e fornecimento de exemplares do processo

1 – As peças do procedimento encontram-se patentes, nos serviços e na plataforma eletrónica indicada no ponto 2.

ARTIGO 23.^o

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente programa de procedimento observar-se-á o disposto no CCP.

ANEXOS

Anexo A
MODELO DE PROPOSTA

F... (indicar nome, Estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas (ou, se for esse o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado ou alvará de empreiteiro de obras públicas)...(indicar o número), contendo as autorizações... (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do objecto da empreitada de... (designação da obra), a que se refere o anúncio, datado de..., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o caderno de encargos, pelo quantia de... Euros, (por extenso e por algarismos.

Este valor corresponde ao valor da proposta com a incorporação do valor relativo aos erros e omissões). A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

No cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, apresenta-se de forma expressa e inequívoca os seguintes documentos:

- a) Lista de preços unitários pelo valor de Euros
- b) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do n.º5, do artigo 61.º do CCP, pelo valor de Euros
- c) O valor atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior, incorporado no preço indicado na proposta, pelo valor de Euros.

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data:

Assinatura:

ANEXO

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos]

Em nome e a pedido de (1), vem o(a) (2) , pelo presente documento, prestar, a favor de (3), uma garantia bancária/seguro caução (4), até ao montante de (5),destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / n.ºs 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o Banco/Companhia de Seguros (6) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

..... (data)

..... (assinatura autenticada) *

* A(s) assinatura(s) têm que ser reconhecida(s) notarialmente

- (1) Identificação completa do adjudicatário.
- (2) Identificação completa da instituição garante.
- (3) Identificação completa da entidade beneficiária.
- (4) Eliminar o que não interessar.
- (5) Indicar o valor por extenso.
- (6) Eliminar o que não interessar.